

OS ESPAÇOS DA FESTA: O CARNAVAL POPULAR DE RUA DO BRASIL DOS ANOS 20*

Zélia Lopes da Silva**

Resumo: *Nesse artigo discuto os diferentes sentidos forjados para os festejos carnavalescos ocorridos nas ruas do Rio de Janeiro e São Paulo, no decorrer dos anos 20 desse século. Embora fossem controladas pela elite endinheirada, ano após ano as ruas foram invadidas por “grupos”, “blocos” e “mascarados” até sua ocupação nos anos seguintes.*

Palavras-chaves: *carnaval brasileiro, carnaval popular, festa de rua, festa de inversão*

Investigar a presença popular e os diferentes sentidos das brincadeiras ocorridas nas ruas das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, no decorrer dos anos 20 deste século (XX), durante o carnaval, constitui-se um desafio ao pesquisador, pela precariedade e dispersão das fontes, apesar de ser uma festa que mobilizava toda a população brasileira e de os espaços de seu acontecer terem sido disputados, de forma aguerrida, por foliões de diferentes extratos sociais. Contudo, os indícios achados aqui e acolá, aliados a uma documentação emitida pela polícia do período, permitem - nos visualizar alguns caminhos para elucidar os contornos da disputa entre a elite e populares, para ocupar praças, largos e ruas, durante os festejos dos Dias Gordos. A rua, embora fosse um espaço controlado pela elite endinheirada, ano após ano foi teimosamente invadida por “grupos”, “blocos” e “mascarados”, até sua ocupação nas décadas seguintes.

* Texto apresentado no 49th International Congress of Americanists, realizado de 7 a 11 de julho de 1997 em Quito - Equador.

** Professora do Departamento de História e do Programa de Pós - Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - Câmpus de Assis-SP

Esse processo, contudo, não transcorreu de forma linear. Até o início dos anos 30, o carnaval era uma festa organizada para a elite divertir-se e ainda tinha como traço predominante a influência do carnaval europeu praticado em Veneza e em Nice. Nos anos seguintes, essa relação ganhou outros contornos com a presença mais marcante do carnaval popular, diferentemente do que ocorria nos anos anteriores em que o mesmo ocupava as frestas desses espaços, desfilando, quando autorizados, em ruas secundárias e em dias considerados “fracos” para as exposições em espaços públicos.

No início dos anos 20, o carnaval praticado em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo compreendia vários tipos de atividades que caracterizavam práticas diversificadas, envolvendo os diferentes segmentos sociais e que certa bibliografia qualificou de “o Grande e o Pequeno carnaval”¹. Porém, ganharam destaque na imprensa os bailes à fantasia, o carnaval de rua envolvendo os préstitos das Sociedades Carnavalescas e o corso brincado pelas famílias da elite endinheirada. Os banhos de mar e as batalhas de confete realizadas em logradouros públicos, organizados por patrocinadores da elite - jornais, rádios e comerciantes de determinada região - ocuparam certo destaque nesse noticiário. Já os bailes organizados pelas diferentes agremiações populares e os desfiles dos blocos, ranchos e mascarados, de cunho notadamente popular, nem sempre tiveram notoriedade ou algum destaque nos jornais da época.

Era uma festa que mobilizava o conjunto da população, convivendo múltiplas brincadeiras, nos diversos palcos de seu acontecer.

Tais festejos tinham como núcleo o chiste e a zombaria praticados pelos mascarados, dominós de voz fina, os diabinhos vermelhos com o seu ron-ron, os jogos “sedutores” do molha-molha - água perfumada ou suja - que definiam o conjunto das brincadeiras que outrora marcara o velho entrudo,

¹ Refiro-me em especial aos trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992) e Olga Rodrigues de Moraes von Simson (1989).

e que teimavam em persistir, apesar do combate sem trégua feito pela imprensa e pelas autoridades, desde o século XVII e intensificado a partir do final do século XIX, como nos atestam os pesquisadores que vêm estudando o tema (MORAES, 1958; CUNHA, 1996). No entanto, elas eram consideradas práticas “violentas”, “sujas” e “arcaicas” e pouco condizentes com os padrões de civilidade que se projetavam para o país, insistentemente veiculados com os projetos de urbanização das cidades brasileiras, iniciados com a propalada reforma do Rio de Janeiro executada pelo Prefeito Pereira Passos no início do novo século. Isso significava para as autoridades também atribuir um novo sentido a tais festejos que mobilizavam todos os segmentos da sociedade brasileira e que caminhasse em uma única direção. Mas, para os foliões, os referidos festejos tinham uma outra significação: visualizavam, nos três dias de folia, um momento de inversão da ordem e de configuração de outros interesses comuns, diferentes dos preconizados pelas autoridades e pelas elites formadoras de opinião.

A busca de um núcleo comum para o carnaval pelas elites não significa a ausência de práticas diversas. Os indícios presentes em diversas fontes permitem-nos afirmar que o carnaval praticado no Rio de Janeiro e em São Paulo, no início dos anos 20, convivía ainda com múltiplas modalidades de festejos, sendo visível aos olhos da elite apenas a existência do carnaval de luxo praticado em seu círculo social. Tanto é assim que a cobertura desses festejos, feita pela imprensa, realça sobremaneira o carnaval organizado pelos clubes espalhados por estas cidades - Rio de Janeiro e São Paulo - pelas Grandes Sociedades Carnavalescas existentes no período como: os Democráticos², Fenianos e Tenentes do

² Essa Sociedade foi fundada em 1867 por 20 rapazes do comércio que já se divertiam durante o carnaval. Eles ganham um bilhete na Loteria da Corte e com o dinheiro adquirido resolvem organizar a sociedade. Sua primeira sede foi na rua do Carmo, esquina com a do Ouvidor e eram chamados de Democráticos Carnavalescos. No ano de 1924 possuía uma luxuosa sede na rua do Passeio. Era uma agremiação bastante popular sendo homenageada através de nome de rua. Av. dos Democráticos substituiu a Estrada da Penha. (Correio da Manhã, 19/01/1924, p. 3).

Diabo e também o corso, praticado pelas famílias endinheiradas. Nas descrições feitas pelos jornais e nas fotos publicadas pelas revistas de variedades, o carnaval popular foi mencionado de forma bastante precária, talvez por ser uma festa ainda voltada para um único segmento social.

Em decorrência, os espaços públicos apareceram como desdobramento dos espaços privados. O acesso livre à rua, a qualquer folião, passou a fazer parte dos **“sonhos de carnaval”**, constituindo-se em disputa renhida ao longo dos anos.

Ao romperem os limites da casa - característica que marcara os jogos do entrudo³ - e se projetarem para as ruas, tais festejos não romperam as fronteiras de classe, que foram sutilmente fixadas, a partir de então, por intermédio de leis e regulamentos que prescreviam as condutas dos foliões através de preceitos pretensamente universais.

Assim, os espaços públicos - ruas, praças e praias - não podiam ser considerados “espaços livres” e de fácil acesso a qualquer folião, mesmo após as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, com a abolição da escravidão em 1888. Pelo contrário, o modelo de República implantado no ano seguinte tinha um perfil marcadamente elitista. As elites no poder colocaram em prática o controle cada vez mais recorrente dos espaços considerados perigosos como os cortiços, as casas coletivas e os bairros centrais, ocupados por segmentos populares sem muitos recursos, constituídos sobretudo por pessoas da comunidade negra. Esse processo ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo como nos informam Sidney Chalhoub (1990) e Iêda Marques Britto (1986).

O “zelo” da autoridade policial invadiu outras esferas da sociedade, e seus tentáculos se fizeram presentes, com

³ O entrudo era o nome dado às brincadeiras dos Dias Gordos praticadas no Brasil desde o período colonial e introduzidas pelos portugueses. Compunha-se de jogos diversos que compreendiam os mascarados com as brincadeiras do “Você me conhece?”, as batalhas de água ou de laranjinhas de cera perfumadas e terminava com o banquete entre os participantes da brincadeira, geralmente pessoas que se conheciam e que ficavam ocultas através das fantasias.

ênfase redobrada, durante o carnaval. Os festejos de Momo, já marcados por profundas redefinições, rapidamente sofreram novas adaptações. No final do século XIX, a elite introduziu regras demarcando os territórios dos foliões. Isso foi traduzido na exigência do registro e do pagamento de taxas por parte das sociedades, blocos, ranchos e grupos, como condição para os desfiles dos mesmos nos espaços públicos, sob pena de proibição de participar dos desfiles aqueles que não houvessem feito o devido registro (SIMSON, 1987). Embora as medidas tivessem um caráter geral, no Rio de Janeiro elas recaíram de forma contundente sobre as classes populares, colocando sob sua mira os espaços públicos por onde circulavam esses segmentos populares, como as sedes dos blocos e ranchos, as casas de cômodos e hospedarias e, ainda, os mascarados que circulassem pela cidade.

As proibições da polícia foram recorrentemente anunciadas a cada ano e não ficaram restritas aos préstitos nos logradouros públicos. Em 08/02/1923, o jornal “Correio da Manhã/RJ” noticiou que 38 instruções haviam sido baixadas pelo chefe de polícia do Rio, destinadas aos delegados de distritos, referentes à vigilância, segurança, moral pública e segurança de veículos, grupos e pessoas que circulassem pelas ruas da cidade, durante os festejos. O jornal resumiu aquelas que considerou mais relevantes a saber:

“Quem fizer parte dos ranchos e blocos devem ser revistados na porta de suas respectivas sedes; prender quem desrespeitar senhoras; (Estão) proibidas máscaras avulsas pelas ruas da cidade; Exercer vigilância sobre as casas de cômodos e hospedarias evitando nelas a entrada de pessoas de sexo diferentes. (Está) proibido o uso de qualquer símbolo patriótico principalmente a bandeira e o hino nacional. Proibido as canções alusivas as corporações e individualidades políticas.”(Correio da Manhã, 08/02/1923, p. 4).

A mesma preocupação de controle dos festejos e foliões, por parte da autoridade policial, também se fez presente em São Paulo, apesar de algumas especificidades que poderemos identificar em relação ao carnaval carioca. Em São Paulo, essas normas ganham um caráter mais genérico, voltando-se ao “indivíduo infrator” e também impondo multas e penalidades, caso este fosse encontrado em delito. Porém, esse “caráter universalizante” ganha um perfil mais restrito quando é remetido às práticas do entrudo e dos blocos, modalidades de folguedos que, nesse período, já estão circunscritas aos setores médios e às classes populares.

O jornal “O Estado de S. Paulo” publica, na íntegra, em 10 de fevereiro de 1923, a portaria da Delegacia Geral instruindo “os delegados de polícia no cumprimento das disposições sobre as festas do carnaval” a saber:

- “1º) - É expressamente proibido o entrudo ou divertimentos identicos, antes e durante o carnaval, sob pena de apprehensão dos artigos a elle destinados, onde encontrados, incorrendo os infractores na pena de multa de 30\$000 e prisão por oito dias.
- 2º) - São formalmente prohibidos, antes e durante o carnaval, os chamados “Cordões” as cantorias em grupo ou de individuos isoladamente, quando offendam os bons costumes ou o decôro publico, bem assim qualquer referencia directa ou indirecta, a determinada pessoa por meio de gesto, signal ou palavra offensiva.
- 3º) - É tambem prohibido o uso de estalos. Carrapichos, pós, graxa, kerosene, ou artigos identicos, e objectos que possam molestar qualquer pessoa incorrendo as infrações nas mesmas penas estabelecidas no n. 1 desta portaria.
- 4º) - A policia procederá contra os que se servirem de lança perfumes contendo substancias perigosas ou improprias desse artigo e bem assim contra os que concorrerem para esse fim.

- 5º) - A policia agirá energeticamente contra os individuos que faltarem com o devido respeito ás famillias e ás pessoas que transitarem pela cidade. Os que, não obstante, forem encontrados nesta pratica, serão presos e processados.
- 6º) - Nenhum prestito, fantasiado ou não, poderá sahir à rua sem previa licença. As sociedades carnavalescas deverão apresentar quanto antes, para o respectivo exame, o plano dos prestitos, seus carros allegoricos ou criticos e o itinerário a percorrer”(O Estado de S. Paulo, 10/fev/1923, p. 5).

Essas medidas são bastante indicativas das dificuldades que terão de enfrentar as classes populares para participarem dos festejos. Porém, os obstáculos apontados não impediram sua crescente participação, mesmo que a imprensa nem sempre tenha registrado essa presença. Via de regra o carnaval da elite ou o “Grande Carnaval”, organizado pelos clubes refinados e pelas sociedades carnavalescas, ganhou destaque nos meios de comunicação do período.

O carnaval popular, em contrapartida, foi fragmentariamente tratado, aparecendo nos jornais apenas os nomes dos blocos, ranchos e grupos, sem a riqueza de detalhes que era comum na cobertura dos desfiles das grandes sociedades carnavalescas. Numa matéria ou outra foram listados os temas dos enredos dos ranchos. Tal precariedade de informações da imprensa só poderá ser sanada por outro tipo de pesquisa - história oral, fontes policiais, obras literárias ou relatos de viajantes - que nos permitirá reconstituir o percurso do carnaval popular do período, o que não ocorre em relação ao carnaval brincado pela elite. Idêntica situação também se constata em São Paulo, voltando-se a cobertura da imprensa ao carnaval brincado pela elite em diferentes espaços.

Mas, apesar dessa postura, cabe assinalar que a imprensa diária do Rio de Janeiro, ao longo dos anos 20, deu significativo destaque ao carnaval popular carioca, diferentemente do que ocorre em relação ao carnaval praticado

em São Paulo. Somente nos anos 30 a Grande Imprensa paulistana faz referências aos desfiles dos blocos e cordões, cobertura que se acentua na gestão do prefeito Fábio Prado. Entre 1935 e 1938, há uma preocupação mais marcante em relação à presença popular nesses festejos, o que coincide com o período de institucionalização do carnaval nesta cidade. Nos anos anteriores, as referências mais freqüentes são acerca do carnaval do Brás. Os jornais - "O Estado de S. Paulo" e o "Correio Paulistano" - realçam a animação dos foliões em torno das várias bandas espalhadas pelas avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia, nas quais se realizam batalhas de confete e concursos diversos. Isso, contudo, não significa ausência de carnaval em outras localidades como poderiam sugerir as escassas referências de notícias na imprensa paulistana sobre o carnaval popular praticado pela cidade, durante os anos 20.

O mesmo ocorre em relação aos registros fotográficos. As poucas fotos existentes no Arquivo Fotográfico do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo - DPH/PMSP- são relativas ao carnaval dos anos 30 e 40, notadamente da folia que ocorre no Brás. Contudo, as pesquisas realizadas por Olga Von Simson e Wilson de Moraes, utilizando depoimentos dos membros das antigas agremiações carnavalescas dos segmentos populares, indicam-nos que os primeiros blocos carnavalescos da comunidade negra paulistana surgem na Barra Funda nos anos 10. Em 1914, foi criado por Dionízio Barbosa o "Camisa Verde" que desfilava na 3ª feira Gorda e organizava os segmentos mais pobres dessa população. O préstito desde sua origem fazia o mesmo percurso: desfilava pelas ruas do bairro, dirigindo-se em seguida ao centro da cidade (Praça da Sé), onde cumprimentava as autoridades, visitava a redação dos jornais e "os clubes da raça". Igualmente o "Bloco Campos Elyseos" foi fundado em 1918 (como cordão) por um grupo de negros, habitantes da Barra Funda, "com situação financeira um pouco melhor" do que aqueles que formavam o "Camisa Verde".

Em que pese a situação acima descrita, a presença crescente de foliões populares nas ruas pode ser detectada pelo número de blocos listados pelos jornais diários - situação que é mais visível desde os anos 20 para o carnaval carioca. Isso significa que o carnaval popular passou a ocupar espaços, antes redutos de blocos e grupos de foliões de classe média, em ruas das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Para tanto tiveram que transigir em relação às exigências oficiais: registro das agremiações, pagamento de taxas e também submetendo-se à vigilância policial, através de revista policial ainda nas sedes de suas agremiações.

Os nomes jocosos, no entanto, permitem-nos detectar o espírito que animava a folia, via de regra apresentada pelos participantes como momentos de inversão da ordem e de quebra das amarras do cotidiano.

Essa percepção aparece também em crônicas, capas, matérias ou charges publicadas pelas revistas FON-FON/RJ e A CIGARRA/SP (1923/1931), em caricaturas e em telas elaboradas no período. O “Correio da Manhã” publica, em 1923, uma crônica de Humberto de Campos na qual o articulista defende que “o carnaval é um período onde se quebram os diques de conveniência, as fronteiras de classes, os limites do preconceito, como se a cidade misturasse repentinamente os seus elementos básicos para a constituição de um composto único e transitório”.⁴

A visão acima é reiterada nos anos seguintes em diferentes elaborações estéticas, atingindo personagens míticos do carnaval tais como Colombina e Pierrô, e também o carnaval praticado pelo folião das classes populares.

No campo das representações, a revista FON-FON/RJ, de fevereiro de 1925, opera um certo tipo de deslocamento em relação aos mitos do carnaval. Em desenho de Tarquínio a estória inverte-se: em vez de um Pierrô apaixonado e choroso, nos deparamos com uma outra elaboração. Com o título “O

⁴ - Correio da Manhã, 06/01/1923, p. 4.

día seguinte de Pierrot”, a trama ganha um novo enredo, com uma Colombina apaixonada que, agarrada às vestes de Pierrô, tenta impedir sua partida, subvertendo, assim, a tradição carnavalesca em torno desses personagens.

Elementos de inversão também aparecem nas elaborações sobre o carnaval popular, ou ainda resultantes de formulações dos próprios foliões, via de regra expressas nos nomes jocosos dos blocos, grupos e de alguns ranchos as quais traduziam o inverso de seu cotidiano. No primeiro caso, refiro-me à tela “Carnaval em Madureira” (1924), de Tarsila do Amaral⁵. Nessa tela a pintora plasma cena envolvendo foliões - homens, mulheres, crianças e cachorro - que transitam pela rua em clara situação de inversão. Vê-se no lado direito da tela, caminhando em direção aos outros personagens, um homem negro, alto e magro, vestido em trajes femininos. No meio da tela, aparecem mulheres gorduchas e crianças portando chapéus em forma de cone. No outro extremo, vislumbra-se a figura de um cão, enfeitado com amplos laçarotes no rabo e no pescoço.

Não é somente nessa tela que esse sonho de reversão emerge. Alguns nomes de blocos que circulam pelas avenidas indicam-nos o sentido irreverente e dão “o tom da brincadeira” que animava aqueles foliões. Através do sentido dúbio buscavam o riso de derrisão (de zombaria) para se comunicarem com o espectador e criticarem algumas práticas e valores sociais de seu cotidiano, que consideravam estranhos ou merecedores de dissolução. Basta para isso examinarmos os nomes dos blocos que se seguem, para percebermos as questões apontadas. No ano de 1923, aparecem nas ruas do Rio de Janeiro, entre outros, os blocos “Caprichosos da estopa”, “Não chore se não eu fujo”, Bloco

⁵ Esse bairro do subúrbio do Rio de Janeiro era considerado um reduto da comunidade negra e também de migrantes recém-chegados à cidade. A bibliografia especializada atribui a ele a condição de espaço de múltiplas expressões culturais destes segmentos populares e berço das escolas de samba do Rio de Janeiro (SEBE, 1986).

melindrosos do Meyer”, “Caçadores de Viado”, “KKRéco”, “Tetéas”, “Viva o pistolão”, “Pingas”, “Disfarça e Passa a Mão”, “Felismina minha Nega”, “Tropa no Coqueiro” e “Troxas”.

O sentido crítico marcante e a busca de interlocução com o espectador, através do riso de derrisão, de zombaria, caracterizam a maioria dos blocos e isso já se anuncia no próprio nome.

Porém, tal característica nem sempre ocorre em relação aos ranchos que apresentam outro tipo de estrutura, os quais procuram inspiração para seus enredos em temas épicos greco-romanos, bem distantes do universo de problemas que definiam o cotidiano desses foliões. Um ou outro agrupamento tinha um nome que guardava alguma aproximação com questões relativas ao seu cotidiano que, durante os festejos, eram castigadas pela sátira carnavalesca, como ocorria com os blocos. Mesmo assim, alguns deles inspiraram-se em situações que buscavam garantir, já no título, o tom de sátira que almejavam imprimir às suas apresentações. No ano de 1923, o jornal “Correio da Manhã” publicou o nome de alguns ranchos, acompanhados dos respectivos enredos que pretendiam apresentar-se nas avenidas. São eles: “Jardim dos Amores”, “Recreio das Joanas”, “Carlito mendigo”, “S.R.C. das Gravatas”, “Mimosas Cravinhas” (enredo: Cerco e tomada de Tróia), “Reinado de Sivá” (enredo: Jardim suspenso da Babilônia), “Ameno Resedá” (enredo: O conto de Ameno Resedá), “Arrepiados” (enredo: Jardim Oriental), Miséria e Fome” (enredo: Guarany), “Lyrio do Amor” (enredo: destruição de Tróia), “Ideal das Camponesas” (enredo: homenagem da América à poesia brasileira), “Os oito Aliados” (enredo: a história de Roma)⁶.

O desejo de inversão expressa-se em espaços difusos, envolvendo outros personagens. Em capa da revista FON-FON/RJ, de 1924, vemos uma graciosa jovem de rosto matreiro e inocente, em traje arrematado ao redor do pescoço

⁶ - Correio da Manhã, 10/02 e 11/02/1923.

por um par de asas estilizadas, a indicar de forma sugestiva a sua “fantasia” de sair para explorar as “possibilidades” de prazer oferecidas pelo carnaval e que o desenhista, brincando com essa liberalidade momesca, intitula de “a baratinha que saiu p’ra passeiar”.

Essa discussão conduz-nos a um outro aspecto que gostaria de refletir e que envolve uma outra dimensão de tais folguedos: o papel desempenhado pelas associações carnavalescas aglutinando pessoas dispersas e que viviam nas franjas do sistema. Muitas dessas associações carnavalescas foram constituindo-se em espaços que permitiam não só o exercício de sociabilidade, como também o de conformação de identidades culturais de grupos que haviam sofrido recorrentes desenraizamentos, em função do lugar ocupado na sociedade brasileira. Algumas delas desenvolviam eventos durante o ano inteiro, visando em certos casos, à arrecadação de fundos, mas acabavam assumindo também, a função de polo aglutinador e de sociabilidade da comunidade ali organizada, forjada através de diferentes práticas sociais. Havia aquelas que só promoviam eventos - bailes, almoço (geralmente uma peixada, no caso do Rio de Janeiro)- próximos aos dias de carnaval, e isso como parte dos preparativos do bloco para sua aparição em público. Independente das motivações, essas festas transformavam-se em espaços de sociabilidade e de coesão dos grupos étnicos e de reforço de suas identidades culturais.

No carnaval de 1924, do Rio de Janeiro, há muitas notícias sobre os bailes pré-carnavalescos que são organizados pelas sociedades carnavalescas e também pelos blocos e ranchos. Em 03 de janeiro de 1924, o “Correio da Manhã” publica uma lista dos blocos que realizarão bailes em suas sedes e também em diversos clubes, espalhados pela cidade. Nessa cobertura dos eventos carnavalescos, feita pelo referido jornal, aparecem alguns blocos que não haviam sido mencionados nos anos anteriores tais como: “Filhos de Talma”, “Felisberta minha branca”, “Elles Te Dão”, “Os Garotos”, “Foi

Ella quem me Deixou”, “Filhos de Netuno”(criado pelo Seu Paiva do Subúrbio de Engenho de Dentro), “Bloco do Eu Sozinho”, “Tatu subiu no pau” (Este bloco já existia, mas não saíra às ruas no carnaval de 1923), “Bloco dos Esponjas”, “Bloco das Solteironas”, “Bloco Papa-Tudo” (tradicional bloco da ‘jeunesse dorée da Light)⁷ .

As pistas diversas indicam-nos que o carnaval de rua foi, paulatinamente, ganhando espaço. Tanto é assim que as exigências feitas aos foliões cariocas também eram comuns ao folião paulistano. Além do registro e pagamento de taxas era exigido da agremiação o preenchimento de fichas, definindo as cores que seriam usadas pelo agrupamento carnavalesco nas apresentações. Para garantir o controle era preciso ir à Prefeitura carimbar o estandarte, no próprio dia do carnaval. Além disso, os desfiles autorizados somente eram permitidos, ou melhor dizendo, “tolerados” pela polícia, aos domingos e na terça feira Gorda, pois a 2^a era considerada dia de trabalho.

Essas minuciosas interdições revelam uma relação de tensão entre polícia e folião das classes populares, acentuadamente entre os membros da comunidade negra, conforme nos atestam os depoimentos de muitos desses foliões. Em São Paulo, por exemplo, Simson admite que, embora houvesse certa tensão entre a polícia e foliões negros, o relacionamento entre os organizadores do carnaval da comunidade negra e as autoridades públicas, notadamente policial, era amistoso. Deveu-se tal postura, segundo a autora, em parte a estratégias de aproximação, desenvolvidas pelos líderes desses grupos, dos objetivos definidos pela elite, para tais festejos, os quais eram controlados pela autoridade policial, que tomava esses padrões para fazer cumprir os regulamentos e exigências definidas naquelas instâncias de poder. Na argumentação dessa autora, isso foi possível, graças à estratégia utilizada pelas lideranças negras, desde sua origem, de fugirem do estigma de “fora-da-lei”. Cada vez mais os

⁷ Correio da Manhã, 03/01/1924; 07/01/1924; 08/01/1924; 15/01/1924 e 20/02/1924.

desfiles amoldavam-se a uma perspectiva de carnaval - show, onde o “luxo” era o objetivo a ser alcançado.

Os membros mais antigos das diretorias desses cordões realçaram em suas falas esse cuidado com o visual. A bela aparência, se por um lado traduzia o desejo e a busca de aceitação da comunidade negra pela sociedade mais ampla, por outro, penso que, através do disfarce, deixava para trás, pelo menos durante esses momentos lúdicos, o estigma de pobreza e de humilhações em decorrência de sua condição de ex-escravo e de cidadão de 2ª classe, lugar ocupado por esse segmento e pelas demais classes populares, no âmbito desta República elitista e excludente que vigorava no período. Daí o esforço desenvolvido por esses homens e mulheres, visando apagar tais vestígios, e a luta para vencer as resistências e o preconceito contra os mesmos, através de sua presença e ocupação do espaço público em diferentes eventos sociais.

A busca de uma “aparência aceitável” é realçada em vários momentos por diferentes sambistas desses cordões. Os cuidados com o vestuário completo, inclusive com os sapatos que seriam usados durante os desfiles eram marcantes. Os componentes do “Camisa Verde”, como Dionízio Barboza e Pé Rachado, insistem que os sapatos dos participantes desse bloco eram de couro e especialmente feitos sob encomenda, para essas ocasiões. Isso era enfatizado com orgulho pelos sambistas, deixando antever nesse fato a nova condição de homem livre que os caracterizava. (Tal fala, embora não mencionasse, opunha-se à situação anterior de escravo que andava descalço).

Convivendo ano após ano com as proibições aos desfiles dos blocos (autônomos ou não), uma vez que era vetado, sobretudo aos grupos discriminados, um espaço definido para as suas apresentações como ocorria com os demais componentes de agremiações da elite endinheirada, isso os fortaleceu no sentido de preservar sua identidade, graças à luta sem tréguas pelo direito de participação nesses

festejos. Pode-se perceber isso pela teimosia das lideranças negras que, através de muitas estratégias e do contato amiúde com os chefes de polícia, foram alargando as fronteiras do consentido. Por exemplo, os primeiros blocos que surgiram nos anos 10 e 20, no Rio de Janeiro e em São Paulo, lutaram sem sucesso para desfilarem nas avenidas centrais. Diante das barreiras interpostas, os seus desfiles ficaram praticamente restritos aos próprios bairros, exibindo-se em percursos que repetiam sua primeira exibição e que se tornaram tradicionais, com paradas para homenagear os seus “protetores” financeiros angariados e residentes no bairro. No Rio de Janeiro, os blocos e ranchos que se transformaram em escolas de samba foram autorizados, a partir de 1932, a desfilarem na Praça Onze, local considerado de fama duvidosa. (Foram transferidos para a Avenida Rio Branco em 1943, devido a construção da Av. Presidente Vargas que destrói a Praça Onze - (MATOS, 1982, p. 35)). Em São Paulo, a trajetória do “Camisa Verde”, desde sua primeira exibição, ficava praticamente circunscrita ao bairro, deslocando-se ao centro da cidade (Praça da Sé). Passavam em frente da Delegacia Central de Polícia, para prestar homenagem à autoridade máxima e pedir passagem (informalmente) para a continuidade do desfile. Também desfilavam em frente aos grandes jornais (Correio Paulistano, 8-2-1929, 4). Ou seja, não chegavam às avenidas Paulista, Angélica e S. João, locais dos desfiles das elites: os préstitos das grandes Sociedades Carnavalescas e o curso das famílias endinheiradas. Dirigiam-se em seguida aos “clubes da raça” (Praça da Sé) na região central da cidade, onde podiam exibir-se sem se preocuparem com as investidas da polícia. A cortesia era retribuída pela orquestra, com uma valsa, da qual participavam apenas os membros dos blocos que dançavam entre si (SIMSON, 1989).

Fugir a este enquadramento significava entrar em confronto com a polícia que tolerava os folguedos negros - com suas marchas sambadas, no caso de São Paulo ou samba sincopado no Rio de Janeiro - apenas durante o

carnaval. No decorrer do ano, os praticantes do samba eram perseguidos pela polícia e enquadrados como vadios. Até o porte do violão ou outro instrumento era indicativo de vadiagem, situação que obrigava os artistas negros (sobretudo os músicos), para garantirem o seu sustento e o de sua família, a se dedicarem a outras atividades profissionais, via de regra pouco qualificadas e braçais. Nesse sentido, arranjar trabalho em outra profissão era um modo de fugir do estigma de “vagabundo” e do enquadramento por vadiagem, nas freqüentes batidas policiais ocorridas em locais de encontro desses artistas, recorrentemente fechados pela polícia. A perseguição sistemática obrigou-os a se refugiarem em espaços privados, “os famosos encontros de fundo de quintal”, realizados nas próprias casas ou de amigos, como bem lembra Pé Rachado, em entrevista concedida a Olga Von Simson. Essa mesma situação foi vivenciada ao longo dos primeiros anos da República pela comunidade negra do Rio de Janeiro. Claudia Matos menciona em seu livro **Acertei no Milhar. Malandragem e samba no tempo de Getúlio** (1982, p. 28) que os primeiros sambistas negros fugiam da perseguição policial implacável (ao samba) e aos seus locais de moradia situados nas regiões centrais da cidade, e refugiavam-se nos morros para praticar sua música. Os famosos encontros nas casas de famílias respeitáveis - a casa de Tia Ciata no Rio de Janeiro - e nos fundos de quintal permitiram a fluência desta experiência e garantiram a continuidade das práticas culturais lúdicas que serviam, em muitos casos, de “biombos culturais”, para as práticas religiosas do próprio grupo que, igualmente, eram proibidas pela polícia.

Além do cuidado com o visual para evitar cair nas “malhas” da polícia, outra saída encontrada pelos blocos mais antigos foi organizar o próprio lazer do grupo. Em São Paulo, inicialmente foi praticada pelo “Camisa Verde” que tomou a si a iniciativa de implementar várias atividades que iam desde a participação em festas religiosas, como a de São Bom Jesus de Pirapora, serenatas, piquenique, até os bailes preparatórios

para o carnaval que se realizavam durante o ano todo. Assim, eles garantiam lazer à comunidade negra de poucos recursos e a continuidade de suas práticas culturais.

Além dos blocos da comunidade negra, verifica-se o aparecimento de agremiações compostas pela população trabalhadora branca que habitava os bairros pobres dessas cidades. Era uma experiência bastante diversificada na cidade do Rio de Janeiro, já há bastante tempo. Em São Paulo, a bibliografia especializada indica que, no final da década de 20, começam a aparecer blocos desses segmentos sociais. É o caso do “Bloco Moderado”, criado em 1927, por operários da Água Branca (SP). O nome já era uma gozação, pois os seus fundadores estavam longe de corresponder ao seu significado diante da fama de “rapazes pouco comportados”, que possuíam no bairro. O objetivo do grupo desde sua criação era fazer rir. Saíram inicialmente com roupas velhas rasgadas. Posteriormente essa fantasia foi redefinida para uma camisa de malha listrada, chapéu, rosto pintado e um nariz postiço. Era o que precisavam para o disfarce. Cada ano empenhavam-se, com afinco, na definição do tema do bloco, cujo trabalho de preparação era rigorosamente sigiloso.

“O tema era geralmente baseado numa música de sucesso do ano, desde que possibilitasse um enfoque jocoso do assunto tratado como lembrou Pedro Gualdani que cuidava da bateria do folguedo. ‘É só crítica, sempre pra rir, pra turma gostar, se divertir com aquilo que tava vendo’. Além disso, duas figuras importantes para permitir satirizar situações vivenciadas durante o ano eram sempre incluídas no desfile: ‘O Amigo da Onça’ e ‘Juca pato’ (SIMSON, 1989, p 59).

Faziam suas apresentações em dois dias, geralmente no domingo e na terça feira. No domingo, iam com os carros alegóricos, ao centro da cidade participar de concursos. Na 3ª feira, desfilavam como “bloco” ou “cordão” (sem os carros

alegóricos) pelo bairro da Água Branca e Lapa. No Rio de Janeiro, a participação dos setores de classe média e populares brancos nos festejos carnavalescos parece que era significativa, diante do grande número de blocos e cordões existentes na cidade. A origem dos Democráticos sinaliza essa direção.⁸

Mas o quadro começou a alterar-se no início dos anos 30, tomando novo impulso com a oficialização do carnaval. No Rio de Janeiro as mudanças são marcantes já em 1932, através do debate sobre a nacionalização do carnaval, aparecendo na imprensa, com destaque, os blocos, letras de música e agremiações dos subúrbios e da comunidade negra.

Em São Paulo essa reviravolta acontecerá a partir de 1935, na gestão do Prefeito Fábio Prado. É bem verdade que tal processo já se manifestava de forma nítida desde 1929, quando a Associação Comercial solicita às autoridades a participação dos caminhões nos desfiles do curso e também a alteração de seu percurso, incorporando avenidas que não faziam parte do cortejo. No Rio de Janeiro, ao longo dos anos 20, a valorização do samba nos circuitos da indústria cultural em expansão - a indústria fonográfica e os vários programas de rádio - permite a aceleração da mudança de atitude das elites em relação às práticas culturais da comunidade negra e das classes populares.

Nessas alterações visualizavam-se mudanças significativas que ocorrerão a partir de 1932 e que se traduzem no debate sobre a institucionalização e nacionalização do carnaval brasileiro, redefinindo o seu perfil nos anos posteriores.

Algumas explicações podem ser aventadas para tal

⁸ Essa é uma questão que precisa ser pesquisada pois, quando se pensa em carnaval popular, a associação feita aponta para a comunidade negra. No caso do Rio de Janeiro, os vários blocos e cordões mencionados neste texto são originários dos bairros de Botafogo, Flamengo, Laranjeiras, região central (comercial) próxima à Av. Rio Branco, entre outros. Falta uma pesquisa para detectar que tipo de pessoas habitavam esses bairros, pois no período a cidade ainda era espacialmente misturada. Ou seja, nos mesmos bairros viviam ricos e pobres.

processo: de um lado, nesse período, ocorrem modificações políticas que acenam para redefinições gerais que marcam uma nova sensibilidade das elites visando a incorporação de setores populares que viviam nas franjas do sistema à sociedade, através de vários mecanismos. O campo cultural não ficou de fora destas preocupações, pois é aí que se definem os valores que conformam o seu modo de ser. Ou seja, sua visão de mundo sobre si e o outro. Na busca da identidade nacional - questão que preocupava essa elite desde o final do século anterior - a diluição desses campos polares era uma pré-condição para alcançar tais objetivos. De outro, havia ainda um conjunto de interesses provenientes dos setores populares e de parcelas da elite (da indústria emergente) que pressionavam no sentido da alteração dos festejos. A convergência desses interesses possibilitou que o carnaval de rua, praticado pela elite, cedesse lugar aos extratos médios e aos segmentos populares negros e brancos que, ao longo dos anos 20, pressionavam para participarem dos folguedos. Ainda nessa década passaram a ocupar os estreitos limites de consentido, ao se deslocarem com os seus blocos, dos bairros afastados, em direção às franjas das Avenidas Centrais - até então espaço de exibição (e de privilégio) do carnaval praticado pela elite.

Mostrar as suas criações estruturadas em blocos, ranchos, grupos e cordões, seguindo muitas vezes o modelo das grandes sociedades carnavalescas da elite endinheirada, mas articuladas às tradições indígenas e africanas, era uma forma de garantir a identidade dos vários grupos das classes populares que viviam praticamente à margem da sociedade de então.

Embora a metamorfose dessa festa expresse as tensões entre os diferentes grupos que compunham a sociedade brasileira, isso não significa tratá-la sob uma ótica única. Essa foi a preocupação que norteou nosso trabalho.

Referências Bibliográficas

- BRITTO, Iêda Marques. **Samba na cidade de São Paulo. (1900-1930): exercício de resistência cultural.** São Paulo, FFLCH-USP, 1986.
- CHALHOUB, Sidney . “Classes perigosas. In: **TRABALHADORES.** Campinas, Unicamp/Prefeitura do Município de São Paulo, v. 6. p. 2-22, 1990.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Você me conhece” ? significados do carnaval na Belle Époque carioca. **PROJETO HISTÓRIA**, nº 13, p. 93-108, 1996.
- MATOS, Cláudia Neiva. **Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MORAES, Eneida de. **História do carnaval carioca.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1958.
- MORAES, Wilson Rodrigues. **Escolas de samba de São Paulo.** São Paulo, IMESP, 1978.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Carnaval brasileiro. O vivido e o mito.** São Paulo, Brasiliense, 1992.
- SEBE, José Carlos. **Carnaval, carnavais.** São Paulo, Ática, 1986.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Branco e negro no carnaval popular paulistano 1914-1988.** São Paulo, 1989. Tese de Doutorado em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.